

Iniciativa Grandes Obras na Amazônia – Aprendizados e Diretrizes

GT Instrumentos Financeiros

Relato - Terceira reunião de trabalho

São Paulo, 24 de outubro de 2016

A primeira versão das diretrizes foi apresentada e discutida em reunião do Grupo de Trabalho – Instrumentos Financeiros, realizada em São Paulo, em 24 de outubro. Em linhas gerais, foram apresentadas e discutidas recomendações para o desenho de instrumentos financeiros para o desenvolvimento local no contexto de grandes obras. Além de se perseguir a disponibilidade de recursos para a preparação tempestiva dos territórios, amenizando-se impactos com mais qualidade, o que se deseja é introduzir um tipo de intermediação entre fluxos financeiros e as demandas da sociedade que garanta resultados mais efetivos e aderência a um planejamento.

Uma das condições para atingir este objetivo é que os instrumentos financeiros sejam juridicamente atrelados à missão de promover desenvolvimento territorial conforme uma agenda formulada e pactuada pelos diferentes setores sociais locais, investindo no processo de adaptação à chegada de um grande empreendimento, mas também suportando uma visão de longo prazo no território.

Tal arranjo deve também ter complementariedade com os aportes já programados pelo licenciamento ambiental e demais políticas públicas, nas diferentes fases de instalação e operação, com foco variável em capacidades institucionais, arranjos de governança, infraestrutura social, cadeias produtivas e conservação ambiental.

Sobre a origem dos recursos, apresentou-se uma visão de que não seria necessário definir a priori se as fontes seriam públicas ou privadas, dado que isso dependerá do próprio planejamento e das ações a serem apoiadas por esses mesmos

instrumentos, dos usos possíveis desses recursos e da sua natureza reembolsável ou não reembolsável.

Desta forma, podem ser flexíveis as estruturas jurídicas desses instrumentos, variando conforme a origem e os usos destes recursos. Nas discussões, ficou evidenciado que, caso opte-se por um perfil predominantemente público, a tendência é que a estrutura seja semelhante a uma fundação, enquanto com recursos majoritariamente privados, a estrutura tenderia para a de uma associação.

Com relação a governança foi ressaltada a necessidade de um formato representativo e transparente, em torno de critérios claros e universais, acompanhado de monitoramento dos resultados e da adequação às metas estabelecidas.

Entende-se, por exemplo, que seria necessário separar os espaços e processos dedicados, de um lado, à formulação de um plano de desenvolvimento e, de outro, à gestão cotidiana de investimentos e projetos, de modo a prevenir conflitos de interesse. Ainda, deve-se ter cuidado para evitar o esvaziamento do plano estratégico, uma vez que as instâncias de decisão sobre recursos financeiros podem se revelar mais atraentes para os atores sociais. Os critérios de representatividade na composição dos conselhos aparecem também como estratégicos nesse cenário, já que setores podem se organizar e fortalecer posições específicas nos espaços de participação.

Sugeriu-se que cautelas e salvaguardas destinadas a evitar conflitos e aprimorar a transparência dos processos de tomada de decisão devem acompanhar as diretrizes de governança e que o estado da arte sobre gestão de processos participativos também deve ser aprofundado. Nesse contexto, lembrou-se que o monitoramento dos impactos positivos esperados e da adequação desses às metas previamente acordadas é o que também garante retidão aos rumos proporcionados pelo instrumento financeiro. Como resultado, a necessária

autonomia e a agilidade da gestão do fundo devem ser complementadas pelo fortalecimento do vínculo ao planejamento.

Em sistematização realizada durante a reunião, demonstrou-se que o instrumento financeiro – ou diferentes instrumentos aplicados no contexto de territórios diversos sob influência de grandes obras – atuaria no âmbito de uma agenda de financiamento na qual também operam o sistema financeiro, as políticas públicas, o licenciamento ambiental e o setor de seguros e resseguros. Entre todos esses agentes devem ser buscadas convergência e complementaridade. Em pauta, o que se tem é uma abordagem que se afasta da gestão de impactos e se aproxima mais da gestão de riscos variados, portanto gerando-se perspectivas desejáveis para uma miríade de partes interessadas.

Por fim, reforçou-se a necessidade de que os planos de desenvolvimento venham acompanhados, no âmbito do instrumento financeiro, de uma agenda de desembolso, mais operativa, cujas metas periódicas sejam constantemente monitoradas e verificadas. Também foi salientado que a própria governança e o fortalecimento de capacidades locais para a tomada de decisão devem ser alvo de investimento. No que diz respeito às cadeias produtivas, uma sugestão trazida foi a de buscar identificar “âncoras econômicas” a receberem investimentos, em tornos das quais negócios e serviços acessórios possam se acoplar. Tem-se, portanto, como chave crítica para o sucesso do instrumento financeiro a coordenação da aplicação dos recursos do instrumento e o planejamento e governança territorial.

Uma vez realizados os acréscimos do grupo de trabalho à formulação das diretrizes, o produto final seguirá para consulta pública eletrônica no final deste ano, juntamente com os resultados dos demais GT. O lançamento oficial do conjunto de recomendações elaborado pela iniciativa *Grandes Obras na Amazônia – Aprendizados e Diretrizes* está previsto para 2017.

QUEM PARTICIPOU

Participaram da reunião: Paulo Pankararu (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB); Andre Villas Boas (Instituto Socioambiental); Marcelo Andrade, Marcelo Lopes e Fabiano Machado (Pronatura); Guilherme Montoro e Paula Barreto (Bando Nacional do Desenvolvimento Sustentável – BNDES); Hélvio Moisés e Silvia Pompeia (Diálogo Tapajós); Leonardo Geluda (Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO); Pedro Bara (The Nature Conservancy – TNC), além das equipes do GVces e IFC. *Os participantes não necessariamente representam as visões de suas instituições.*

Sobre a iniciativa

O Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (GVces) e a International Finance Corporation (IFC) partem da convicção de que é possível aprimorar a trajetória de instalação e operação grandes empreendimentos na Amazônia. Com base em um amplo diálogo, no qual já se engajaram mais de 130 organizações, de diversos setores, a iniciativa busca consolidar aprendizados e propor diretrizes orientadas pela promoção do desenvolvimento local.

O processo organiza-se em grupos de trabalho temáticos: Planejamento e Ordenamento Territorial; Instrumentos Financeiros; Grupos Vulneráveis e Direitos Humanos (foco em Crianças, Adolescentes e Mulheres; e em Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e Quilombolas); Capacidades Institucionais; Supressão Vegetal Autorizada.

Os grupos vêm produzindo documentos com subsídios para as discussões e o acúmulo desses apontamentos debatido em oficinas, seminários específicos e fóruns, que devem resultar em um conjunto de orientações. A contínua articulação institucional e promoção de diálogo almejam que todo o processo possa inspirar aprimoramento das práticas empresariais, bem como das políticas públicas, e fortalecer o debate pela sociedade civil.